

Apresentação

O presente número de *História & Luta de Classes* demarca uma posição editorial: a discussão crítica da ditadura no Brasil faz parte das tarefas do nosso tempo. Por isso, esse tema que deveria já ser sobejamente conhecido tem de voltar à tona. Os discursos que pregam a inexistência da ditadura no país, ou o seu caráter “brando”, ou o seu “encurtamento”, obrigam-nos a retomar a temática. E os 60 anos do golpe de 1964 são mais um momento em que o assunto voltará a ter alguma discussão pública, assim como o foram os 40 e os 50 anos. Por inquietante que seja, parte da sociedade brasileira não abandonou o tema como problema histórico, pois as manifestações que clamaram pela “volta dos militares”, no contexto de fascistização que vivenciamos, obrigam-nos a dizer novamente que essa questão não pode sair do nosso foco. É preciso estudá-la, produzir materiais de divulgação e ir a fundo na compreensão do que foi a ditadura brasileira.

Desde a divulgação da Comissão Nacional da Verdade até a produção de seu relatório, foram inúmeros os rumores e os incômodos expressos no debate público contra o objetivo de investigar os crimes de Estado e a atuação dos seus principais beneficiários entre 1964 e 1985. Inúmeras vezes ouvimos que o tema era uma “página virada” com a Lei da Anistia de 1979, que impôs o silêncio e nos obrigou a conviver com torturadores soltos, impunes, prenes de opinião autoritária e prestes a voltar ao poder e ocupar cargos públicos, mesmo após a redemocratização. Por sorte, a comunidade acadêmica se movimentou, novos grupos de estudo pautaram a temática, novas perspectivas de análise foram criadas e novas fontes foram colocadas à disposição dos pesquisadores. A luta dos familiares de mortos e desaparecidos segue adiante, mesmo não sensibilizando a mídia dominante, e impulsiona novas descobertas. Um pouco dos resultados desse momento histórico pode ser lido nas pesquisas reunidas nesse exemplar de *História & Luta de Classes*.

As efemérides relacionadas com o golpe militar têm intensificado o debate sobre esse evento e a ditadura que o seguiu, conforme foi afirmado. Apesar da significativa repercussão obtida por certas teses que não apresentam a devida densidade acadêmica, com mistificações e tendências de análise em alta que redimem os golpistas e o seu projeto de sociedade, em tais contextos vemos a inegável contribuição da crítica marxista. Quando a deposição de João Goulart completou 40 anos, um seminário na Universidade Federal do Rio de Janeiro comportou afirmações feitas por historiadores como a de que possivelmente veríamos “fuzilamentos” e

“cabeças cortadas” caso as esquerdas tomassem o poder em 1964 – para o deleite da imprensa comercial e do Clube Militar. Ganhava ainda mais força esse tipo de interpretação que facilitava o trabalho de instituições interessadas em legitimar o golpe (por ter supostamente salvado a democracia) e o próprio endurecimento da ditadura (por ter sido uma reação à violência da esquerda armada). Descomemorando os 50 anos do golpe, autores filiados ao marxismo se encontraram em um livro organizado por Demian Melo para combater o movimento identificado como “revisãoismo”, que pincela com verniz científico conservadoras proposições criadas pelos protagonistas de 1964 para justificar a intervenção militar. Vale ressaltar que o citado termo apareceu pela primeira vez nesse debate específico por ocasião da efeméride de 2004, nos escritos de Caio Navarro de Toledo. De fato, essa batalha historiográfica vinha ganhando corpo desde essa década, com o relevante esforço de *História & Luta de Classes*, em sua primeira edição, lançada em 2005. Nela se encontra a crítica de Marcelo Badaró Mattos a pesquisas divulgadas no ano anterior, que se apoiam em depoimentos de militares golpistas para negar a precedência explicativa do golpe aos fatores econômicos mais gerais, em contraposição à tese canônica de René Dreifuss que salienta a atuação do grande capital nacional e associado em tal processo. No mesmo texto, aquele historiador invalidou as teorias da “escolha racional” e da “radicalização dos atores”, surgidas na Ciência Política cerca de 30 anos depois do golpe, as quais também menosprezam as análises estruturais do referido pesquisador uruguaio. Portanto, o presente dossiê se insere em uma discussão que tem considerável trajetória de polêmicas, e pretende contribuir para a realidade de que a efeméride de 2024 seja a da perda de hegemonia do revisionismo, considerando o recente avanço proporcionado por pesquisas detalhadas e construídas sob rigorosas bases teóricas críticas, que aprofundaram o conhecimento sobre o papel desempenhado por empresários, além de ter diversificado os temas, incluindo a preocupação com os movimentos associativos de negros, moradores de favelas e homossexuais.

Os dois artigos de abertura do presente dossiê tratam do debate historiográfico sobre o Golpe de 1964 e a ditadura empresarial-militar que a ele se seguiu. Retomando a trajetória dos balanços que vêm sendo realizados, sobretudo, por ocasião das efemérides, o artigo “A historiografia sobre a ditadura 60 anos após o golpe: para além do revisionismo”, de Marcos Marques Pestana, atualiza a discussão a respeito das diferenças de abordagens realizadas pelos revisionistas e os marxistas a respeito do objeto em questão, com ênfase nas relações entre empresários e

ditadura, na repressão sobre a classe trabalhadora, bem como nos efeitos deletérios sobre grupos sociais subalternizados como negros, indígenas, mulheres e LGBTQIA+. Por sua vez, José Luciano de Queiroz elabora uma crítica à tendência hegemônica do revisionismo no currículo e no ensino de História do ensino médio no artigo “O Revisionismo sobre a Ditadura Militar no livro didático de História”,

Além da questão historiográfica, outra motivação de pesquisa histórica pronunciada nesta edição é a da relação entre empresas e ditadura no tocante à repressão contra a classe trabalhadora. No artigo “Responsabilidade empresarial e repressão a trabalhadores na construção da hidrelétrica de Itaipu (1975-1987)”, Paloma Juliana Silva estuda casos nos quais os trabalhadores e trabalhadoras de Itaipu foram submetidos a jornadas exaustivas e vítimas de acidentes de trabalho, bem como da vigilância por parte da Assessoria Especial de Segurança e Informação (AESI) da empresa. O tema é retomado por Pedro Henrique Pedreira Campos no texto “Empresas e acidentes de trabalho durante a ditadura brasileira: o caso das grandes obras de infraestrutura”, em que o autor faz um estudo sobre acidentes de trabalho nos canteiros de obras realizadas pelo setor empresarial da construção civil durante a ditadura. Entre esses dois trabalhos consta uma discussão sobre os impactos daqueles tempos sombrios na Universidade Federal da Paraíba, desenvolvida por Jonathan Vilar dos Santos Leite estudo “Vigilância, Repressão e Resistência no fim do Regime Militar (1979-1985): um estudo de caso da Universidade Federal da Paraíba”.

Longe de tratar os agentes da luta armada como jovens inexperientes que teriam sido vítimas de dirigentes profissionais, ou de reproduzir a tese do “déficit democrático” das esquerdas por meio da análise da atuação daqueles que pegaram em armas para combater os militares, Darlise Gonçalves de Gonçalves escreveu o artigo “A curta trajetória da Célula Pelotas da Ação Popular a partir de algumas notas sobre a Operação Fronteira”, , no qual discute as três fases de atuação da Ação Popular (AP) no estado do Rio Grande do Sul , com foco na Operação Fronteira, que envolveu redes de militantes do Brasil e do Uruguai. Este dossiê é convenientemente encerrado com a articulação entre o passado e o presente realizada por Paulo Henrique da Silva no texto “Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares: inspiração ditatorial na política educacional brasileira”, , que aborda a Educação Moral e Cívica no contexto da ditadura e a sua relação ideológica com o programa de Escolas Cívico-Militares durante o governo Bolsonaro. Se não bastasse, Vinícius Potrich de Souza Macedo Gonçalves assina a resenha do recente e importante livro

Contra a moral e os bons costumes: a Ditadura e a repressão à comunidade LGBT, de Renan Quinalha, que trata das questões de gênero e de sexualidade no Brasil de 1964 a 1985, tema, aliás, bastante inovador na historiografia brasileira sobre a ditadura.

O debate sobre a historiografia da ditadura brasileira e o avanço de interpretações revisionistas há duas décadas, em 2004, impulsionaram a construção deste periódico, lançado em abril de 2005, justamente com o Dossiê “1964: Golpe de Estado”. Já naquele momento, a relativização, o abrandamento e o encurtamento da ditadura, associados à responsabilização de suas vítimas, eram objeto de reflexão e crítica em diversos artigos. Ao longo das quase duas décadas de circulação da revista, a ditadura foi o tema de quase meia centena de artigos, e foi retomada em dossiês temáticos como “Militares e Luta de Classe” (novembro de 2010) e, novamente, “1964: Golpe de Estado” (março de 2014), marcando os 50 anos do golpe. Na última década, vimos o assustador avanço de leituras abertamente negacionistas e da reivindicação explícita da ditadura presentes em manifestações públicas reacionárias e assumidas por um governo de extrema-direita. Finalmente, esse mostrou sua face mais violenta e abertamente golpista na intentona golpista de 8 de janeiro do ano passado, explicitando de forma dramática a atualidade do tema e a necessidade de que ele seja enfrentado, na perspectiva da luta por Memória, Verdade, Justiça e Reparação, para o que certamente os historiadores e a pesquisa histórica têm um importante papel e uma grande responsabilidade.

Março de 2024

Gilberto Calil

Editor

Carla Luciana Silva

José Luciano Queirós

Romulo Mattos

Coordenadores do Dossiê